

ATO PGJ Nº 1170/2022

Altera o ATO PGJ Nº 1057/2021, que promove desafetação de veículos, autoriza a alienação e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no disposto no art. 12, V, da Lei Complementar Nº 12, de 18 de dezembro de 1993;

CONSIDERANDO os motivos constantes nos autos do Processo Administrativo SEI Nº 19.21.0010.0014114/2021-74;

RESOLVE:

Art. 1º - O anexo único do ATO PGJ Nº 1057/2021, de 09 de março de 2021, passa a vigorar na forma do anexo do presente Ato.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina/PI, 08 de fevereiro de 2022.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

CLEANDRO ALVES DE MOURA
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

ANEXO ÚNICO

| ITEM | MODELO/MARCA | ANO/ MODELO | PLACA | RENAVAM | CHASSI | NOTA FISCAL | PREÇO AQUISIÇÃO | Nº DE TOMBAMENTO | SITUAÇÃO |
|------|----------------------------------|----------------|-------------|-----------|-------------------|----------------|--------------------|---------------------|-------------------------------|
| 1 | CHEVROLET SPIN 1.8L MT LT | 2013/2013 | OUA 2204 | 529501562 | 9BGJB75ZODB281888 | 5002 | R\$ 50.000,00 | 0032125 | DEPRECIADO / ANTIECONOMICO |
| 2 | CHEVROLET SPIN 1.8L MT LT | 2013/2013 | OUA 5564 | 529988585 | 9BGJB75ZODB287330 | 5501 | R\$ 50.000,00 | 0032126 | DEPRECIADO / ANTIECONOMICO |
| 3 | CHEVROLET SPIN 1.8L MT LT | 2013/2013 | OUA 2374 | 529530384 | 9BGJB75ZODB281762 | 5505 | R\$ 50.000,00 | 0032128 | DEPRECIADO / ANTIECONOMICO |
| 4 | CITROEN C4 PALLAS | 2012/2013 | ODU 8828 | 506303004 | 8BCLDRFJYDG501421 | 229533 | R\$ 58.000,00 | 0032960 | DEPRECIADO / ANTIECONOMICO |
| 5 | F I A T PALIO 1.4 WR ATRAC | 2012/2013 | OUE 0088 | 506449092 | 9BD373121D5023952 | 1094561 | R\$ 38.790,30 | 0031949 | DEPRECIADO / ANTIECONOMICO |



Documento assinado eletronicamente por **CLEANDRO ALVES DE MOURA, Procurador-Geral de Justiça**, em 09/02/2022, às 14:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0184395** e o código CRC **A681F4BB**.